

LEI Nº 5355, DE 09 DE SETEMBRO DE 2009

**ALTERA ARTIGOS DA  
LEI 3.352 DE 15 DE  
DEZEMBRO DE 1998.**



JANDIR BELLINI, Prefeito de Itajaí. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei

**Art. 1º** O artigo 8º da Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Conselho Municipal de Educação tem como finalidade precípua colaborar na política municipal de educação e exercer atuação fiscalizadora, normativa, consultiva e deliberativa quanto à organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino."

**Art. 2º** O artigo 9º da Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O Conselho Municipal de Educação fica criado e organizado a partir desta Lei e de acordo com seu Regimento Interno, e será vinculado à Secretaria Municipal de Educação, ficando revogada a Lei nº 2.633, de 18 de junho de 1991, a Lei nº 2.873, de 14 de dezembro de 1993, e a Lei nº 4775, de 26 de abril de 2007."

**Art. 3º** O artigo 10 da Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 A organização interna do Conselho Municipal de Educação, a especificação de sua competência e dos seus serviços, o seu funcionamento, as formas sob as quais são baixados os seus atos, as relações com os demais órgãos da Administração Pública e privada, o recebimento, o encaminhamento de consultas, processos e proposições, as formas de votação e demais atividades inerentes às suas finalidades são fixadas em Regimento Interno elaborado pelos seus membros e aprovado pelo Conselho Pleno por maioria absoluta dos votos."

**Art. 4º** Fica acrescido o artigo 10-A com seu parágrafo único na Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10-A. O Conselho Municipal de Educação será organizado em Câmaras, das quais somente poderão fazer parte os membros efetivos do mesmo Conselho, e que desenvolverão seus trabalhos de acordo com o seu Regimento Interno, a saber:

I - Câmara de Educação Infantil;

II - Câmara de Ensino Fundamental;

III - Câmara do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Parágrafo Único - Cada membro titular do Conselho Municipal de Educação terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado. "

**Art. 5º** O título da Seção I do Capítulo III, bem como o Artigo 11 da Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"

**SEÇÃO I**  
**DA COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"**

"Art. 11 As Câmaras que compõem o Conselho Municipal de Educação terão a seguinte composição:

I - A câmara de educação infantil será composta por, no mínimo, 06 (seis) membros, com a seguinte composição:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 01 (um) representante das Escolas da Rede Municipal de Educação Infantil;
- c) 01 (um) representante das Escolas Particulares de Educação Infantil;
- d) 01 (um) representante das Instituições de Ensino Superior do Município;
- e) 01 (um) representante das Escolas Filantrópicas de Itajaí;
- f) 01 (um) representante da Educação Especial.

II - A câmara de ensino fundamental será composta por, no mínimo, 07 (sete) membros, com a seguinte composição:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 01 (um) representante das Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental;
- c) 01 (um) representante das Instituições de Ensino Superior do Município;
- d) 01 (um) representante da Secretaria da Criança e do Adolescente;
- e) 01 (um) representante da Educação de Jovens e Adultos;
- f) 01 (um) representante da Gerência da Educação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional de Itajaí;
- g) um representante da Educação Especial.

III - A câmara do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB, será composta por, no mínimo, 10 (dez) membros, a saber:

- a) 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 01 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;
- c) 01 (um) representante dos gestores das escolas básicas públicas municipais;
- d) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas municipais;
- e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal;
- f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.
- g) 01 (um) representante do Conselho Tutelar.

§ 1º Os membros das câmaras previstos neste artigo serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores:

I - pelos dirigentes dos órgãos municipais e das entidades de classes organizadas;

II - nos casos dos representantes dos gestores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos municipais, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pela respectiva categoria.

§ 2º São impedidos de integrar as câmaras a que se refere o caput deste artigo:

I - cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos do FUNDEB; ou
- b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo em que atua o respectivo conselho.

§ 3º O presidente do Conselho e os presidentes das Câmaras previstos no caput deste artigo serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do FUNDEB no âmbito municipal.

§ 4º A atuação dos membros do conselho:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares."

**Art. 6º** O artigo 12 da Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O mandato dos Conselheiros será:

I - Câmara de Educação Infantil - mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução por igual período;

II - Câmara de Ensino Fundamental - mandato será de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução por igual período;

III - Câmara do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/ FUNDEB - mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período."

**Art. 7º** O artigo 13 da Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 Compete ao Conselho Municipal de Educação, além de outras competências que possam vir a ser delegadas pelo Conselho Estadual de Educação:

I - zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino;

II - manifestar-se sobre o Sistema Municipal de Ensino;

III - aprovar:

- a) os regulamentos e a orientação do ensino dentro das limitações expressas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na **Lei Orgânica** do Município e no Sistema Municipal de Ensino e nas Leis decorrentes;
- b) o plano de Expansão de Ensino, no Sistema Municipal;
- c) os regimentos e os currículos plenos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, nas modalidades ensino regular, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, respeitadas as exigências do Conselho Nacional de Educação.

IV - acompanhar o levantamento anual da população em idade escolar e propor alternativas para o seu atendimento;

V - emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre assuntos do Sistema Municipal de Ensino, em especial, sobre a autorização de funcionamento, credenciamento e supervisão de estabelecimentos vinculados ao Sistema Municipal de Ensino;

VI - fixar normas para:

- a) autorização de funcionamento e inspeção dos estabelecimentos vinculados ao Sistema Municipal de Ensino;
- b) elaboração de regimento escolar, para os estabelecimentos pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, em que fique assegurada a necessária flexibilidade didática de cada escola;
- c) criação, localização, ampliação, desativação e reativação de estabelecimentos de ensino no âmbito do Sistema Municipal;
- d) elaboração dos currículos plenos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nas modalidades regular, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial;

VII - exercer, em grau de recurso, a competência dos Conselhos de Classe, dos estabelecimentos de ensino, integrantes do Sistema Municipal;

VIII - estabelecer critérios e aprovar planos para ampliação e aplicação dos recursos em educação;

IX - incentivar a integração das redes de ensino municipal, estadual, federal e particular no âmbito do município;

X - regulamentar a Educação de Jovens e Adultos nas escolas do Sistema Municipal de Ensino;

XI - fiscalizar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino, verificando os resultados alcançados, face às diretrizes e metas estabelecidas;

XII - realizar investigações e inquéritos sobre a situação do ensino dentro do Sistema

Municipal de Ensino;

XIII - examinar e manifestar-se sobre o relatório anual de atividades da Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos do Sistema Municipal;

XIV - requerer à Secretaria Municipal de Educação ou a outros órgãos do Sistema Municipal de Ensino, o comparecimento de Diretores, Técnicos e demais envolvidos da área, para prestarem informações ou esclarecimentos, os quais poderão participar de debates sobre matérias em discussão, embora sem direito a voto;

XV - deliberar em grau de recurso, sobre questões de natureza educacional que lhe forem submetidas pelas escolas ou órgãos integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

XVI - envidar esforços para aprimorar a qualidade do ensino, avaliando e sugerindo medidas para melhoria do fluxo do rendimento escolar;

XVII - emitir pareceres, resoluções, indicações, instruções e recomendações sobre convênios, assistência e subvenção a entidades públicas e privadas filantrópicas, confessionais e comunitárias, bem como o seu cancelamento;

XVIII - acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

XIX - acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e a instituição financeira responsável, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

XX - supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

XXI - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

XXII - acompanhar e emitir pareceres, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB;

XXIII - exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização mensal da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB para emissão de parecer;

XXIV - manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente;

XXV - observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na

remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

XXVI - exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

XXVII - zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência da câmara;

XXVIII - apresentar à Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas Estadual, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente;

XXIX - requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infra-estrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho;

XXX - exercer quaisquer outras competências que lhe forem delegadas por lei;

XXXI - elaborar e alterar o seu regimento interno."

**Art. 8º** A Lei nº 3.352 de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar acrescida do Capítulo III-A, bem como dos artigos 13-A, 13-B, 13-C, 13-D, 13-E e 13-F, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO III-A  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR"

"Art. 13-A. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Itajaí/CAEMI, é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento."

"Art. 13-B. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Itajaí/CAEMI fica criado e organizado a partir desta Lei e de acordo com seu Regimento Interno, e será vinculado à Secretaria Municipal de Educação, ficando revogados o Decreto nº 6131, de 03 de agosto de 2000 e o Decreto nº 6181, de 21 de dezembro de 2000."

"Art. 13-C. A organização interna do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, a especificação de sua competência e dos seus serviços, o seu funcionamento, as formas sob as quais são baixados os seus atos, as relações com os demais órgãos da Administração Pública e privada, o recebimento, o encaminhamento de consultas, processos e proposições, as formas de votação e demais atividades inerentes às suas finalidades são fixadas em Regimento Interno elaborado pelos seus membros e aprovado pelo Conselho Pleno por maioria absoluta dos votos."

"Art. 13-D. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será composto por, no mínimo, 10 (dez) membros, a saber:

I - 01 (um) representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II - 02 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 02 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 02 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica;

V - 01 (um) representante dos gestores das escolas básicas públicas municipais, escolhidos em assembleia específica;

VI - 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas municipais, escolhidos em assembleia específica;

VII - 01 (um) representante do Ensino Superior - Curso de Nutrição, por indicação da entidade que representa.

§ 1º Cada membro titular do CAEMI terá 01 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 2º A presidência e a vice-presidência do CAEMI somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3º A atuação dos membros do conselho:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;



- b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;
- c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares."

"Art. 13-E. O mandato dos Conselheiros será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos."

"Art. 13-F. Compete ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º da Lei 11.947, de 16 e junho de 2009;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa;

V - acompanhar e monitorar a aquisição dos produtos adquiridos para o PNAE, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, até o recebimento da refeição pelos escolares;

VI - orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios, seja em depósitos da Entidade Executora - EE e/ou das escolas;

VII - comunicar à EE a ocorrência de irregularidades em relação aos gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvios e furtos, dentre outros, para que sejam tomadas as devidas providências;

VIII - divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNAE transferidos à EE;

IX - acompanhar a execução físico-financeira do Programa, zelando pela sua melhor aplicabilidade;

X - comunicar ao FNDE e ao Ministério Público Federal qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, em especial aquelas de que tratam os incisos II a IV do artigo 25 da Resolução FNDE/CD nº 32/06, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

XI - receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora, remetendo ao FNDE, posteriormente, apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira com parecer conclusivo o qual deverá ser elaborado,

observando o "Roteiro para Elaboração do Parecer Conclusivo da Câmara de Alimentação Escolar - CAE", acompanhado do extrato bancário da conta específica do programa;

XII - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado.

XIII - exercer quaisquer outras competências que lhe forem delegadas por lei;

XIV - elaborar e alterar seu regimento interno".

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 09 de setembro de 2009.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal

JAIME MARCIO ESPINDOLA  
Procurador-Geral Adjunto do Município

Publicado no Jornal do Município  
Nº 768  
09 de setembro de 2009  
Paginas 01 e 02